

Parecer nº 134/IEF/NAR PATROCINIO/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0015781/2022-43

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: FABIANA MUNDIM COBUCCI SORICE	CPF/CNPJ: 680.824.606-87
Endereço: AV. JOÃO PINHEIRO 291 CS	Bairro: CENTRO
Município: MONTE CARMELO	UF: MG
Telefone: 34 9 8871-2423	E-mail: fornazier.florestal@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Castelhana, Lugar denominado Brejo Doce	Área Total (ha): 77,8965
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 12.616	Município/UF: MONTE CARMELO/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3143104-4994.A032.4FD5.48A0.87F3.C29B.82C6.38BB	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,1370	hectares
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0481	hectares

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,1370	hectares	23K	247.322	7.918.253
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0481	hectares	23K	247.369	7.918.131

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura		0,1370
Infraestrutura		0,0481

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Cerrado		0,1851

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		6,6357	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 06/04/2021

Data da vistoria: 18/08/2021

Data de solicitação de informações complementares: não houve

Data do recebimento de informações complementares: não houve

Data de emissão do parecer técnico: 16/04/2025

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar o requerimento para supressão de vegetação nativa com destoca em uma área de 0,1370 hectares além da intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP - em 0,0481 hectares. É pretendido com as intervenções, a expansão da atividade agrícola e instalação de infraestrutura.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Fazenda Castelhana - Lugar Brejo Doce, possui área total de 77,8965 hectares (1,95 módulos fiscais), situa-se no Município de Monte Carmelo - MG (cobertura vegetal nativa de 21,41%), pertence à microbacia hidrográfica do Rio Perdizes e Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH: PN1). Possui 01,5462 hectares de área considerada de preservação permanente em bom estado de conservação. O recurso hídrico caracteriza-se por um pequeno curso d'água que banha o imóvel na porção sudoeste. No imóvel se desenvolve a cafeicultura e pretende-se com a intervenção expandir a atividade. O BIOMA de inserção do imóvel é o CERRADO. A fitofisionomia nativa encontrada no imóvel é caracterizada por cerrado.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3143104-4994.A032.4FD5.48A0.87F3.C29B.82C6.38BB

- Área total: 78,4394 ha [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: 15,5929 ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 1,4380 ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 61,0987 ha [área de uso consolidado indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X) A área está preservada: 15,5929 ha

() A área está em recuperação: xxxxx ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

AV-16 - 48.215 e AV-15 - 48.216

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: dois Fragmentos.

- Parecer sobre o CAR:

"Verificou-se que as informações prestadas no CAR: MG-3143104-4994.A032.4FD5.48A0.87F3.C29B.82C6.38BB apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel no dia 18/08/2022. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida".

Obs.: A área de Reserva Legal atende o mínimo de 20% estabelecido na legislação vigente, dividida em dois fragmentos e não engloba em sua totalidade, áreas consideradas de preservação permanente.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Requer o empreendedor a supressão de vegetação nativa com destoca em uma área de 0,1530 hectares de cerrado para expansão da atividade de cafeicultura e placas solares, além da intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP - em 0,0460 hectares para passagem de rede elétrica.

A área de intervenção possui relevo suave ondulado tendendo a plano e latossolo vermelho amarelo.

Foi apresentado um projeto de intervenção ambiental da área de supressão e o mesmo é de responsabilidade técnica do Engenheiro Florestal Breno Preslei Junio Silvestre Rocha, CREA-MG 325.794/D e ART 20220991346.

O material lenhoso gerado pela intervenção (6,6357 m³ de lenha nativa) e será utilizado pelo proprietário no interior do imóvel.

Taxa de Expediente (reserva legal): Valor R\$ 774,34 (Setecentos e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), quitada em 18/02/2025.

Taxa de Expediente (área comum): Valor R\$ 569,29 (Quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos), quitada em 28/03/2022.

Taxa de Expediente (APP): Valor R\$ 569,29 (Quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos), quitada em 28/03/2022.

Taxa florestal: Valor R\$ 44,32 (Quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), quitada em 18/03/2022.

Taxa reposição florestal: Valor R\$ 189,93 (Cento e oitenta e nove reais e noventa e três centavos), quitada em 18/03/2022.

Não houve necessidade de complementação de taxa.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor:

Recibo 23120616 referente a intervenção em APP;

Recibo 23136091 referente a supressão de vegetação nativa em área comum.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Após consulta do polígono de intervenção à ferramenta de auxílio de tomada de decisão, (IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>), verifiquei que a área requerida não possui impedimentos que inviabilizem a autorização da intervenção.

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa (consulta ao ponto de intervenção)

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa (consulta ao ponto de intervenção)

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: A área de intervenção do imóvel não está inserida em área de prioridade de conservação especial/extrema, segundo estudos da Fundação Biodiversitas.

- Unidade de conservação: não se aplica

- Áreas indígenas ou quilombolas: não se aplica

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006] não se aplica

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura;

- Atividades licenciadas: E-02-06-2 Usina solar fotovoltaica; G-02-02-1 Avicultura G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; G-03-03-4 Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada; G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; G-01-01-5 Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas).

- Modalidade de licenciamento: Não Passível - CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Número do documento: ATO DECLARATÓRIO

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria do imóvel foi realizada em 18/08/2021. Inicialmente verifiquei as condições de preservação da área destinada a reserva legal. A área proposta para retificação está preservada e atende os parâmetros da legislação ambiental vigente.

Posteriormente me desloquei até as áreas consideradas de preservação permanente onde observei a presença de vegetação nativa com fitofisionomia de cerrado. Apesar do baixo rendimento lenhoso, pude verificar a necessidade de supressão de vegetação para conclusão do projeto mencionado no plano de utilização pretendida.

Me desloquei também até a área de preservação permanente degradada (no interior do imóvel) onde será realizada a compensação ambiental, em uma área de 496 m². Pude observar que é uma área que necessita de um enriquecimento com vegetação nativa para cumprimento de sua função ecológica que é a preservação do curso hídrico.

Por fim me desloquei até as áreas comuns que se pretende intervir, identificando a fitofisionomia que é cerrado com baixo rendimento lenhoso, bem como o solo que é do tipo latossolo vermelho amarelo e o relevo suave ondulado.

Não observei nas áreas de intervenção espécies protegidas por Lei.

Observei durante a vistoria que a área é apta ao fim requerido.

Saliento ainda que não existem áreas subutilizadas no interior do imóvel.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Relevo suave ondulado, tendendo a plano.

- Solo: Predominantemente caracterizado por Latossolo Vermelho Amarelo .

- **Hidrografia:** A propriedade pertence a microbacia hidrográfica do Rio Perdizes e Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH: PN1). Possui 01,5462 hectares de área considerada de preservação permanente em bom estado de conservação. O recurso hídrico caracteriza-se por um pequeno curso d'água que banha o imóvel na porção sudoeste. No imóvel se desenvolve a cafeicultura e pretende-se com a intervenção expandir a atividade.

4.3.2 Características biológicas:

- **Vegetação:** O Bioma é o Cerrado e as fitofisionomias presentes no interior do imóvel se caracterizam por: Cerrado, campo cerrado e campos.

- **Fauna:** Predominantemente pequenas aves e pequenos roedores.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Foi apresentado junto ao processo administrativo Estudo de Alternativa Locacional que é da Engenheira Florestal Liandra Praxedes Ribeiro CREA-MG 363.953-MG e ART MG20253793895. Nesse trabalho apresentado foram expostos o motivos da escolha da área. Observei que o local escolhido é o correto pois é o que menor impacta do ponto de vista de supressão de vegetação nativa.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Das intervenções solicitadas, entendo que todas são passíveis de autorização.

A área proposta para reserva legal possui as mesmas características da área que estava averbada anteriormente e por isso não vejo impacto negativo nesta ação.

As intervenções em área comum também não causam impactos tão significativos, visto que a reserva legal e as áreas de preservação permanentes estão em excelente estado de conservação, o que contribuirá para a migração da fauna e a preservação de indivíduos da flora, mitigando assim os danos ora causados.

A intervenção em APP é considerada de baixo impacto e utilidade pública, visto que visa a passagem de rede de energia. Toda a documentação exigida pela legislação foi apresentada no PA, inclusive a parte de PRADA para compensação ambiental dos eventuais danos causados pela intervenção.

A autorização desta intervenção está subsidiada na legislação ambiental vigente, sobretudo das seguintes redações: Lei Federal nº 12.651; Lei Estadual nº 20.922/2013; Decreto Estadual nº 47.749/2019; Resolução CONAMA nº 369/2006 e Instrução de Serviço Semad nº 04/2016.

Cabe salientar também que no imóvel se desenvolve a cafeicultura e não encontrei áreas subutilizadas no interior do mesmo.

O teor deste parecer foi repassado ao procurador da proprietária.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

1. **Impacto:** Depreciação da qualidade do ar, quando da emissão de partículas sólidas e de gases resultantes de combustão, em virtude do emprego de maquinarias em diferentes operações.
2. **Medida Mitigadora:** Aprimorar a qualidade dos combustíveis e a parte mecânica das maquinarias, diminuindo o seu potencial poluidor; implantar um sistema eficiente de manutenção das maquinarias; treinar melhor os operários para a execução racional das tarefas mecanizadas; e utilizar caminhões-pipa para irrigar o solo, em áreas acessíveis, durante a realização das tarefas.
3. **Impacto:** Dificuldade de infiltração de água pela compactação dos solos, prejudicando o abastecimento do lençol freático.
4. **Medida Mitigadora:** Utilizar tratores com menor capacidade de compactação do solo; aprimorar o treinamento dos operários na execução das tarefas, evitando o excesso de compactação do solo e adotar práticas de plantio direto na palha.
5. **Impacto:** Danos a microbiota do solo oriundo do uso de biocidas.
6. **Medida Mitigadora:** utilizar biocidas que apresentem menor tempo de degradação do seu princípio ativo; uso consciente de biocidas na área.
7. **Impacto:** danos a microbiota do solo, quando do uso de fogo.
8. **Medida Mitigadora:** restringir o uso do fogo na área, principalmente na queima de restos de vegetação, após o desmatamento; realizar a retirada mecânica de serapilheira e restos vegetais em vez do uso de fogo para a limpeza.
9. **Impacto:** danos a microbiota do solo em razão da exposição do solo.
10. **Medida Mitigadora:** realizar o plantio de cobertura vegetal o quanto antes possível, afim de proteger o solo dos intempéries.
11. **Impacto:** Assoreamento de cursos hídricos.
12. **Medida Mitigadora:** Construção de curvas em nível e cacimbas.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Requerente: FABIANA MUNDIM COBUCCI SORICE

Ref.: Supressão de vegetação nativa e Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

I. Relatório:

1 - 1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 0,1370 hectare** e **INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA em 0,0481 hectare** no imóvel rural denominado “Fazenda Castelhana”, localizado no município de Monte Carmelo, matrícula nº 12.616, possuindo área total de 77,8965 hectares, fatos esses que, de acordo com o gestor do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **15,5929 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriador, que se encontra em bom estado de conservação e com quantidade acima do percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a expansão da atividade de agricultura e instalação de infraestrutura de passagem de rede elétrica, para cada intervenção respectivamente, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, de acordo com o Requerimento, ressaltando-se que as informações são de inteira responsabilidade da empreendedora e/ou de seu (sua) representante legal.

4 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que a área requerida **não** é considerada como prioridade de conservação extrema/especial, de acordo com o sistema Biodiversitas e o IDE-SISEMA.

É o breve relatório.

II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise **é passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

8 - Impende ser ressaltado que caso existam indivíduos no local da intervenção que porventura possuam proteção especial prevista em lei só poderão ser suprimidos se atendidos os requisitos constantes do **art. 26 do Decreto Estadual nº 47.749/2019**.

9 - De acordo com o Parecer Técnico, foi solicitada também uma intervenção em área de preservação permanente sem supressão de cobertura vegetal nativa, a qual **é passível de AUTORIZAÇÃO**, uma vez que se trata de intervenção considerada de *utilidade pública*, respaldada pelo disposto no **art. 3º, inciso II do Decreto Estadual nº 47.749/2019** e na **alínea “b” do inciso I do art. 3º da Lei Estadual nº 20.922/2013**.

10 - Conforme legislação em vigor, as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

11 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual nº 20.922/2013 e na Portaria IEF nº 54/2004. Estas normas estabelecem que a intervenção em APP somente poderá ser autorizada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de **utilidade pública**, de interesse social ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental.

12 - A Lei Estadual nº 20.922/2013 dispõe sobre área de preservação permanente o seguinte:

“Art. 3º – Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – utilidade pública:

(...)

*b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento, gestão de resíduos, **energia**, telecomunicações, radiodifusão, as instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho; (grifo não original)*

(...)

Art. 8º – Considera-se APP a área, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

(...)

Art. 11 – A vegetação situada em APP deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

§ 1º – Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em APP, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei.

§ 2º – A obrigação prevista no § 1º tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou da posse do imóvel rural.

§ 3º – No caso de supressão não autorizada de vegetação realizada após 22 de julho de 2008, é vedada a concessão de novas autorizações de supressão de vegetação enquanto não cumprida a obrigação prevista no § 1º.”

13 - Ainda sobre o tema, o **Decreto Estadual nº 47.749/2019**, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal, esclarece o seguinte:

“Art. 17 – A intervenção ambiental em APP somente poderá ser autorizada nos casos de utilidade pública, de interesse social e de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, devendo ser comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional.”

14 - Assim, ante o fato da atividade exercida pela empreendedora encontrar guarida no disposto na **alínea “b” do inciso I do art. 3º da Lei Estadual nº 20.922/2013**, pois trata-se de intervenção com caráter de utilidade pública, consistindo na construção de uma infraestrutura para instalação de rede elétrica, resta passível de aprovação e de chancela do Órgão Ambiental a intervenção ora requerida.

15 - Insta ressaltar que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e/ou compensatórias ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais, nos termos do **art. 7º da Portaria IEF nº 54, de 14 de abril de 2004**.

III. Conclusão:

16 - Ante ao exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado ao processo, o Núcleo de Controle Processual da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico e com base na Lei Estadual nº 20.922/2013 e Decreto Estadual nº 47.749/2019, opina **favoravelmente** à SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 0,1370 hectare e INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA em 0,0481 hectare, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas no Parecer Técnico, caso existam, e que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013).

17 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

18 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

19 - Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observação: Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental para uso alternativo do solo através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual da URFBio/Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.

7. CONCLUSÃO

1. Considerando que a reserva legal do imóvel encontra-se devidamente regularizada, averbada, preservada e o mesmo encontra-se inscrito no CAR – Cadastro Ambiental Rural;
2. Considerando que foi apresentado junto ao processo documento de comprovação de alternativa técnica locacional para intervenção em APP;
3. Considerando também que foi apresentado no processo PRADA para recuperação de APP como compensação ambiental da área intervinda, no mesmo imóvel e em área superior à área de intervenção;
4. Considerando que a intervenção permitirá o imóvel continuar cumprindo sua função social aliada a preservação dos recursos naturais;
5. Considerando não existir no imóvel áreas subutilizadas;

Me posiciono favorável ao deferimento total da relocação de reserva legal; intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP - em 0,0481 hectares e supressão de vegetação nativa com destoca em 0,1370 hectares na Fazenda Castelhana, Lugar denominado Brejo Doce, cuja proprietária é a Sra. Fabiana Mundim Cobucci Sorice.

O rendimento lenhoso gerado a partir da supressão é de 6,6357 m³ de lenha nativa que será utilizado na propriedade conforme requerimento.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo a este processo, em área de 0,0496 ha referente a recuperação das APP's degradadas no interior do imóvel.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

O Valor da taxa de reposição florestal referente a 6,6357 m³ de lenha nativa é: R\$ 220,21 (Duzentos e vinte reais e vinte e um centavos).

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (X) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal
- () Formação de florestas, próprias ou fomentadas
- () Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Apresentar relatórios anuais comprovando a execução do PTRF para recuperação das áreas propostas, com anexo fotográfico e croqui de localização com coordenadas, durante os 3 (três) próximos anos após a emissão da autorização. Os relatórios deverão ser apresentados no mês de fevereiro/março.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: MARCOS DE SIQUEIRA NACIF JUNIOR
Masp: 1250587-1

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: ANDREI RODRIGUES PEREIRA MACHADO
Masp: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 02/07/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Siqueira Nacif Junior, Gerente**, em 02/07/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **117226499** e o código CRC **5CCFABFF**.